

## Comunicaciones Académicas

En este capítulo se incluyen 38 Comunicaciones Académicas enviadas especialmente para ser parte de Actas de Diseño. Ver índices al final de este capítulo por autor y por título. Más información en [www.palermo.edu/congreso\\_actas](http://www.palermo.edu/congreso_actas)

### Antecedentes do desenho industrial na Argentina e no Brasil: notas para um panorama histórico do período colonial ao século XIX

Actas de Diseño (2020, julio),  
Vol. 31, pp. 41-46. ISSN 1850-2032.  
Fecha de recepción: abril 2015  
Fecha de aceptación: enero 2016  
Versión final: julio 2020

Patricia Amorim y Virginia Cavalcanti (\*)

**Resumo:** Este artigo traça um breve panorama histórico-comparativo da formação da Argentina e do Brasil, desde o período colonial ao final do século XIX, levando em conta aspectos econômicos, sociais e culturais que, mais adiante, contribuiriam para as condições de emergência do desenho industrial nesses dois países na metade do século XX. Nesse sentido, empreendeu-se uma recuperação histórica que levou em conta o perfil agroexportador dessas duas nações e como elas fomentaram uma mentalidade industrial, através de diversas iniciativas, em maior ou menor intensidade, no campo da imprensa, da educação e das atividades artesanais e manufatureiras.

**Palavras chave:** Desenho industrial - modernização - industrialização - Brasil - Argentina.

[Resumos em espanhol e inglês e currículo em p. 46]

#### Introdução

A assimilação do desenho industrial no Brasil e na Argentina nos anos 1950 relaciona-se com uma intensa etapa de industrialização e modernização cultural vivenciada por aqueles países. Contudo, para melhor compreender tal processo, entende-se como fundamental retomar as trajetórias de formação do Brasil e da Argentina, com foco em suas dimensões social, econômica, política e cultural, desde o período colonial até o final do século XIX. Desse modo, acredita-se ser possível visualizar com maior clareza a configuração das condições que, mais adiante, levariam à emergência do desenho industrial naquele contexto específico.

Com base no método histórico e comparativo, este trabalho aborda as origens coloniais lusitana e espanhola desses países, caracterizados por uma economia agroexportadora, bem como as condutas ali desenvolvidas relacionadas às atividades artesanais e manufatureiras, à educação, à imprensa, além do impacto da imigração europeia e da urbanização em algumas de suas principais cidades.

Ressalta-se ainda que este artigo resulta de tese de doutorado (Amorim, 2015) desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

#### A economia colonial e a gênese da indústria no Brasil e na Argentina

Tomamos como ponto de partida o sentido da colonização proposto por Prado Júnior, em *Formação do Brasil contemporâneo*, originalmente publicado em 1942. Para o historiador, a ação colonizadora na região tropical e subtropical da América a partir do século XVI, caracterizada pela exploração dos recursos naturais em função dos interesses do comércio europeu, esclarece, nas dimensões econômicas e sociais, a formação e evolução históricas dos países que ali se constituíram, mesmo se considerarmos as especificidades das colonizações espanhola e portuguesa. Essa ideia explicaria, por exemplo, a origem da ainda vigente subordinação do Brasil e da Argentina nas relações com os grandes centros desenvolvidos internacionais, como demonstra o autor neste trecho:

Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isso. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras (Prado Júnior, 2011, p. 29)

Segundo Furtado (2007), a lógica produtiva de matérias-primas voltada aos mercados centrais implicou também, entre outras fragilidades, a fragmentação regional e a

formação tardia de uma consciência latino-americana. Ao exportar produtos semelhantes e importar itens manufaturados de fora da região, esses países não estabeleceram vínculos comerciais entre si, alimentando uma desarticulação e ausência de sentido de comunidade que se prolongariam até meados do século XX (Zanatta, 2012). Repercussões negativas do modelo agroexportador podem ser percebidas também em setores específicos da produção colonial no Brasil relacionados à elaboração da matéria-prima. As artes e o artesanato, por exemplo, foram práticas desestimuladas em função do pacto que previa a importação e o consumo de produtos manufaturados oriundos da metrópole e de seus parceiros. De acordo com Prado Júnior, identifica-se nas zonas rurais a pequena oficina doméstica de apoio aos estabelecimentos agrícolas ou de mineração, a qual reunia serviços de carpintaria e manufaturas de tecido e de ferro, executados por escravos. Nos centros urbanos, as profissões mecânicas eram mais numerosas, eventualmente organizadas em corporações, mas também dependiam da mão de obra escrava. A respeito do sistema de produção escravista no Brasil –vigente desde o início da colonização, em 1531, até a abolição da escravatura, em 1888– Vianna Filho comenta:

A sociedade branca reservara para si a função de mandar. Cruzava os braços, assistindo à labuta áspera do negro. O trabalho era o negro. Sem êle [sic] nada se poderia fazer nem pretender. [...] As menores cousas [sic], os trabalhos mais insignificantes, tudo era realizado pelo negro. Nos sobrados, nos engenhos, nos campos, tôda [sic] atividade seria absorvida pela massa escrava, importada da África, e cuja inteligência facilmente apreendia os conhecimentos necessários ao serviço para que era designada. Mal chegados, os negros logo assimilavam o que se lhes ensinava. Transformavam-se em ferreiros, carpinteiros, marceneiros, caldeireiros, oleiros, alambiqueiros e até mestres de açúcar, sabendo o cozimento do mel, o “ponto” do caldo, a purga do açúcar (Vianna Filho, 1946, pp. 118-119).

É importante ressaltar que além de explorar a força de trabalho do africano escravizado, o sistema produtivo colonial no Brasil também beneficiou-se das qualificações e habilidades já desenvolvidas por esses indivíduos em seu próprio continente. Como observa Araújo, muitos deles trouxeram “amplo conhecimento das técnicas metalúrgicas e mineradoras, de marcenaria, de ourivesaria crioula, de plantação e colheita do café, do açúcar e da construção de máquinas de engenhos” (2013, p. 34).

Em vista de um cenário pouco favorável a atividades que não fossem voltadas à agricultura ou à mineração, funcionavam espalhadas pela colônia pequenas oficinas como olarias, para o fabrico de telhas e cerâmica, curtumes e manufaturas de cordoaria, além de outras de especialidades locais. Essas práticas rudimentares prevaleceram até o início do século XIX. Importa lembrar ainda que contribuiu decisivamente para a longa permanência dessa condição a rigorosa política de combate à independência econômica da colônia, a qual só veio a abrandar-se a partir de 1795, com a autorização do governo para o estabelecimento das manufaturas de ferro, e com a liberação em

definitivo da manufatura têxtil em 1808, em decorrência da migração forçada da família real para o Brasil (Prado Júnior, 2011).

Prado Júnior lamenta, no entanto, que, mesmo depois de livrar-se da dominação portuguesa, o Brasil não tenha reformulado as bases de sua estrutura econômica, permanecendo ao longo do século XIX como exportador de insumos tropicais –notadamente de café, a partir de 1830. De modo semelhante ao Brasil, a Argentina caracterizou-se como uma economia exportadora de produtos primários, abastecida de manufaturas importadas predominantemente de origem inglesa, concentrada na extração de minério durante o século XVIII, quando ainda pertencia ao vice-reino do Rio da Prata, e a partir do início do século XIX, na pecuária bovina e ovina e no cultivo de cereais (Fausto & Devoto, 2004).

É importante salientar que a mão de obra escrava teve papel fundamental no sistema produtivo da Argentina durante o período de dominação espanhola. Para se ter uma ideia, entre os anos de 1742 e 1806, vinte e cinco mil escravos viviam em Buenos Aires, metade desse contingente importada do Brasil. De acordo com Fausto (2005), entre inúmeras funções, lá também desempenharam profissões artesanais, como sapateiros, alfaiates e ferreiros, na condição de “escravos de ganho” –com maior liberdade para transitar, mas obrigados a dar parte do rendimento do trabalho a seus senhores. Com a proibição do tráfico na Argentina em 1813 e a emancipação em 1853, a presença negra em Buenos Aires entraria em declínio.

Nessa época, marcada por conflitos em prol da independência e posteriores guerras civis, alcançaram maior desenvolvimento os setores artesanais voltados à construção e ao mobiliário, seguidos pelos artigos de couro (Raspi, 2001). De acordo com Malatesta, só mesmo nas últimas décadas do século XIX, durante o auge da produção agropecuária, se iniciaria o processo industrial argentino, condicionado por importantes transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no país:

(...) o fim dos enfrentamentos armados e a vigência dos princípios constitucionais, a incorporação de terras resultantes da denominada “conquista do deserto”, a federalização da cidade de Buenos Aires, o estabelecimento de uma rede de transportes, a formação de mercado interno ao eliminar-se o pagamento de direitos provinciais, o crescimento demográfico em função da chegada de grandes contingentes de imigrantes europeus e o investimento de capital externo (Malatesta, 2002, p. 48).

Nesse período, constituem a maior parte da atividade industrial da Argentina os pequenos estabelecimentos artesanais de grupos familiares, detentores de baixa tecnologia e com capacidade para o simples aproveitamento de matérias-primas oriundas da agricultura. Em menor escala, um reduzido grupo de “empresas de envergadura” –com presença nos setores alimentício, têxtil e da construção– cresceria com o passar dos anos (Malatesta, 2002).

É importante lembrar que em fins do século XIX o investimento na indústria ainda era escasso, principalmente se levarmos em conta que a agropecuária, naquele momen-

to, garantia, entre outros benefícios, alta rentabilidade em curto prazo. O pequeno empresariado que se forma nesse momento na Argentina se concentrará, portanto, em negócios seguros, com rendimentos asseverados e demanda abundante, e que em função de tais condições, como registra Malatesta, “não se preocupa com o progresso tecnológico, a inovação, a incorporação de técnicos e especialistas, e em síntese, com o melhoramento do produto” (2002, p. 49).

Observa-se ainda a concorrência com os artigos importados –de melhor qualidade, menor preço e há muito incorporados aos hábitos dos consumidores– como outro importante fator de desestímulo às iniciativas fabris locais. E nesse campo, não foram poucas as vezes que industriais simularam a procedência europeia de seus produtos adotando rótulos, marcas e etiquetas semelhantes aos dos importados (Malatesta, 2002).

### O cultivo da mentalidade industrial: as escolas de ofícios e a imprensa

Apesar do baixo incentivo às atividades manufactureiras desde o período colonial, a Argentina abrigaria, em 1799, a pioneira, ainda que efêmera, Academia de Geometría y Dibujo de Buenos Aires, empreendimento de Manuel Belgrano. À época Secretário do Consulado do Comércio e um dos principais incentivadores da educação e da imprensa no país, Belgrano havia fundado a Escola Náutica e a Escola de Matemática (Instituto, 2013), e em 1796 já defendia em seus escritos a criação das escolas de artes e ofícios como importante meio para a instrução da população e a prevenção da miséria.

Posteriormente, integrando uma série de investimentos em educação implementados na Argentina ao longo do século XIX, foi criada em 1897 a Escuela Industrial de la Nación, com o objetivo de capacitar técnicos nas áreas de química, engenharia e mecânica, conjugando o ensino teórico e prático (Belotta, 2010). Entre iniciativas no campo artístico, destaca-se a abertura do Museo Nacional de Bellas Artes, em 1896.

No Brasil, é a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, fundada por decreto de D. João VI em 1816 e depois batizada de Academia Imperial de Belas Artes, que irá inaugurar no país uma modalidade de ensino voltada para as relações entre arte e indústria, com o objetivo de suprir a carência de mão de obra qualificada. Concebida por Antonio de Araújo Azevedo, o conde da Barca, seu projeto inicial previa o ensino artístico através de oficinas. Em 1855, foi reformada pelo então diretor, o pintor e poeta Araújo Porto-Alegre, passando a oferecer também um curso noturno para alunos artífices, do qual fazia parte a disciplina “desenho industrial” (desenho técnico aplicado a fins práticos), o que denota o uso desse termo no Brasil desde essa época (Cardoso, 2004; 2005). Frequentemente subestimada, talvez em função de seu reduzido alcance, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional foi criada no Rio de Janeiro, ainda em 1827. Seu objetivo era promover o melhoramento e prosperidade da indústria no Império do Brasil, e mais especificamente ao desenvolvimento de técnicas e equipamentos para a produção agrícola. Entre 1833 e 1892, a Sociedade publicou

a revista mensal *O Auxiliador da Indústria Nacional*. De acordo com Barreto, o periódico, “cuja difusão extrapolou a Corte, acompanhou os progressos científicos e tecnológicos inerentes à Revolução Industrial, divulgando a adoção da máquina a vapor e a mecanização do trabalho como condição para o progresso” (Barreto, 2008). Em 1861, a Sociedade promoveria ainda a *Primeira Exposição da Indústria Nacional*, mostra que serviu de ensaio para a participação do país no ano seguinte na Exposição Universal de Londres [*Great London Exposition*].

Importa enfatizar que enquanto Argentina e Brasil buscavam introduzir a mecanização em sua dinâmica produtiva e incentivar, ainda que de forma limitada, o surgimento de uma mentalidade industrial, a Inglaterra, na segunda metade do século XIX, já era palco da primeira onda de crítica ao industrialismo. O movimento conhecido como *Arts & Crafts* [Artes e Ofícios] teve entre seus principais expoentes o crítico e artista John Ruskin e o designer William Morris. De inclinação socialista, defendia reformas nos padrões de gosto e consumo no intuito de promover mudanças sociais mais profundas. Condenava os produtos industrializados –devido à baixa qualidade dos materiais e suas formas tidas como vulgares e historicistas–, e a exploração do trabalho nas fábricas, defendendo o retorno ao artesanato medieval. A partir de 1864, no Brasil, surgiram também as escolas de *Arts et Métiers* e os liceus de Artes e Ofícios no Rio de Janeiro (1858), Bahia (1872) e São Paulo (1873) (Leite, 2008). Segundo Flexor, essas instituições tiveram papel fundamental no ensino industrial no país:

[a partir da] criação dos Liceus Artes Ofícios, com os quais se substituiu o ensino dos mestres de ofícios, mostrou-se a importância da indústria e dos operários, bem como se buscou dar ensino técnico e profissionalizante. Esses liceus foram criados para dar instrução não só aos filhos de operários, preparando mão de obra para o futuro, mas também aos negros livres ou alforriados (Flexor, 2013).

Ressalta-se que ainda segundo ordem do monarca português foi criado o Museu Real, em 1818, depois convertido em Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, abrindo caminho aos primeiros acervos de cultura do país. A atividade impressora, com a fundação da Imprensa Régia em 1808, também foi liberada, registrando-se posteriormente, ao final do século XIX, uma significativa produção de jornais, revista, livros e demais peças gráficas. Dessa leva, a *Revista Illustrada*, de Angelo Agostini é recorrentemente apontada como o mais importante periódico, tanto por sua longevidade, com circulação entre 1876 e 1898, quanto pela atuação na causa abolicionista (Melo & Ramos, 2013; Cardoso, 2004; Camargo, 2003).

O tema da imprensa é um dos aspectos de clara distinção entre as concepções de colonização das coroas espanhola e portuguesa. No caso do Brasil, o impedimento à confecção de impressos durante três séculos –decorrendo daí sérios entraves ao desenvolvimento da educação e da cultura intelectual na colônia– refletiu o firme propósito da administração lusitana de inviabilizar a circulação de ideias que pudessem ameaçar a estabilidade de seu domínio (Camargo, 2003).

Na Argentina, a origem da imprensa ocorreu pelo menos cinquenta anos antes de sua prática autorizada no Brasil. A Companhia de Jesus instalara na cidade de Córdoba, em 1758, uma tipografia para auxílio do catecismo dos indígenas, sendo depois transferida para Buenos Aires, onde passou a funcionar sob o nome de Real Imprenta de Niños Expósitos, a partir de 1780 (Argentina, 2013). Desde então, ganha impulso a publicação de impressos, com destaque para noticiosos como *Telégrafo Mercantil, Rural, Político, Económico e Historiógrafo del Río de la Plata* (1801) [fig.12], *Semanario de Agricultura, Industria y Comercio* (1802) e *Correo de Comercio* (1810). Esses periódicos introduziram o pensamento iluminista no universo hispano-americano, difundindo ideias em favor de reformas no vínculo colonial e do desenvolvimento comercial e industrial na Argentina, com apoiadores como Manuel Belgrano e Juan José Castelli (Terán, 2012). É importante notar, contudo, que a Argentina foi uma das últimas colônias espanholas a incorporar a imprensa, levando-se em conta o estabelecimento da primeira oficina tipográfica das Américas na Cidade do México, em 1539, e a consequente disseminação da técnica em territórios como Peru (1542), Guatemala (1660), Cuba (1720), Colômbia (1738) e Chile (1776) (Camargo, 2003). Antes, porém, de observarmos as etapas subsequentes da industrialização e da urbanização na Argentina e no Brasil, importa recuperar traços das populações desses dois países no período oitocentista, e de processos de integração aos quais foram submetidas, visto que serão elementos definidores dessas duas sociedades em intensa rota de modernização nas primeiras décadas do século XX.

### A dimensão social: a construção da Argentina e do Brasil no século XIX

Tendo por base o detalhado estudo de Fausto & Devoto, entendemos que Brasil e Argentina abrem-se à imigração em datas aproximadas: o primeiro em 1808, com a vinda de D. João VI, e o segundo com a instituição da Junta Independente, em 1810. A Argentina caracterizou-se pela imigração espontânea de europeus –ingleses e franceses inicialmente, e irlandeses, genoveses e bascos a partir de 1830–, e o Brasil, naquele momento, apresentou um contingente mais expressivo de comerciantes vindos de Portugal.

Em relação à composição étnica dos dois países, identifica-se que, em finais dos século XIX, 42% da população brasileira era de mulatos, 38% de brancos e 20% de negros, aparecendo na Argentina o componente branco em bem maior número, independentemente da presença de negros, índios e mestiços, característica que só tenderia a crescer com o ciclo da imigração transatlântica a partir de 1870 (Fausto & Devoto, 2004).

Sobre esse aspecto, cabe enfatizar que, depois dos Estados Unidos, a Argentina foi o país que mais atraiu imigrantes europeus para as Américas entre 1890 e 1930, superando o Canadá e o Brasil. Preferência explicada em razão das oportunidades e condições salariais oferecidas por aquele país, além de outros fatores:

(...) havia a qualidade do clima, mais compatível com o europeu, o temor das doenças contagiosas e a presença do negro, sobre o qual incidia o preconceito, e o receio de que trabalhadores imigrantes fossem tratados como escravos –uma alusão comum nas queixas dos colonos, nas fazendas paulistas– (Fausto & Devoto, 2004, p. 175).

Para governantes argentinos, em meados do século XIX, a imigração europeia introduziria hábitos de trabalho e consumo modernos, tornando-se exemplo para a população nativa. O comentário de Malatesta, a seguir, corrobora essa ideia, ao descrever a participação dos imigrantes na incipiente indústria argentina daquele período:

(...) é interessante ressaltar que muitos deles abrem manufaturas em pequenas oficinas que com o passar do tempo dão lugar a empresas de importância. Ainda assim, não são poucos os estrangeiros fixados em terras argentinas que com espírito empreendedor investem capital considerável em seus estabelecimentos fabris e aplicam técnicas e experiências adquiridas em seus países de origem. Dessa forma, os imigrantes do exterior se inserem na atividade industrial não só no estrato obreiro, mas também garantem presença significativa entre os proprietários (Malatesta, 2002, p. 48).

Além de postos de trabalho no campo e em centros urbanos, a Argentina buscou promover a integração de sua cada vez mais influente população imigrante e de seus descendentes através do serviço militar, da expansão do ensino público e do voto obrigatório. No Brasil, a escola e o serviço militar também funcionaram como elementos de integração da cidadania, embora de forma espontânea, visto que ações mais estruturadas nesse sentido não foram uma prioridade. De acordo com Fausto & Devoto, na visão de curto alcance da elite brasileira, considerando-se a necessidade restrita de mão de obra qualificada, “não havia por que importar-se muito com a instrução de uma massa constituída por ex-escravos e brancos pobres” (2004, p. 201).

O fato é que, contrariamente a Argentina, que implementou uma cruzada educativa desde meados do século XIX, a população brasileira seguia padecendo de baixíssimo nível educacional, chegando a registrar, em 1900, uma taxa de analfabetismo de 65% entre os maiores de 15 anos de idade. Condição que comprometia diretamente a participação política, o crescimento do setor editorial e a formação de uma opinião pública no Brasil (Fausto & Devoto, 2004).

### Forjando cidades: crescimento demográfico e infraestrutura

A urbanização, por sua vez, também foi fator de disparidade entre os dois países às vésperas do século XX. Alvo de intenso crescimento urbano entre 1895 e 1914, a Argentina experimentou relevante desenvolvimento não só em Buenos Aires, capital federal desde 1880, mas em áreas como Rosário, Mendoza e Tucumán. Outro dado significativo do ano de 1895 é que 27,1% da po-

pulação do país já vivia em cidades, e a Grande Buenos Aires contava com mais de 100 mil habitantes. Ali se constituiu um agrupamento populacional socialmente complexo, com a presença de novos quadros de elite e amplos setores de trabalhadores, o que levou à formação de uma classe média urbana de considerável importância (Malatesta, 2002).

O Brasil, entretanto, permanecia como um país maciçamente rural e de população dispersa, da qual, no ano de 1890, apenas 10,9% viviam em cidades. Dentre essas áreas, o Rio de Janeiro se projetaria com impressionantes taxas de crescimento populacional, chegando a 300 mil habitantes na década de 1880. Diante das implicações sociais e de infraestrutura decorrentes dessa expansão, a ordenação do espaço público tornou-se prioritária. Melhorias começaram a ser implementadas desde a segunda metade do século XIX, sendo realizada a primeira reforma urbana na cidade entre 1902 e 1906, com o aterramento de trechos do litoral, desmonte de morros e abertura de largas avenidas. Importa ressaltar que através de concessões públicas, empresas privadas estrangeiras foram responsáveis pela execução desses e de outros serviços e reformas urbanas, “o que significava que também a tecnologia e os projetos vinham todos de fora, envolvendo pouca ou nenhuma transferência de capacidade produtiva para o solo brasileiro” (Cardoso, 2004, p. 59). Sem falar na posterior remessa para a Europa dos lucros oriundos desses investimentos, prática igualmente observada na Argentina.

São Paulo, por sua vez, lograria notório progresso a partir dos anos 1890, devido ao crescimento urbano viabilizado pelo influxo de imigrantes –54% de sua população seria formada por italianos em 1893– e da concentração de negócios ligados ao café (Cardoso, 2004). Centro de uma rede urbana que incluía Sorocaba, Campinas e Mogi das Cruzes e beneficiada por estradas de ferro e de rodagem com acesso ao porto de Santos, São Paulo, cuja primeira iluminação elétrica estável foi implantada em 1891, dispunha ainda de excelente localização geográfica para a articulação de relações comerciais dentro e fora do país. Registra-se, entretanto, que Argentina e Brasil não dispunham do capital e dos recursos técnicos para essas e outras transformações infraestruturais. De acordo com Williamson, a riqueza acumulada através do comércio internacional era destinada ao consumo de luxos e meios de prestígio social, à moda das aristocracias proprietárias de terras (Williamson, 2012). Assim, a viabilização de subsídios para obras públicas e desenvolvimento técnico e industrial eram deixados a cargo de capitalistas estrangeiros, de empresários imigrantes ou do Estado. Dentre esse reduzido grupo de investidores, a Grã-Bretanha assumiu posição crucial na estrutura interna das economias argentina e brasileira, principalmente até a Primeira Guerra, quando perderia a hegemonia internacional para os Estados Unidos (Williamson, 2012).

A esse respeito, Williamson observa que a razão para a dependência econômica da América Latina é motivo de discordância entre historiadores. Para alguns, a subordinação excessiva condenou a região ao subdesenvolvimento, visto que a condução estrangeira das principais alavancas econômicas atravancaram o processo de industrialização e impediram a implementação de políticas nacionais de

benefícios. Para outros analistas, no entanto, não haveria um modelo alternativo à modernização econômica de países como Argentina e Brasil, visto que “nenhuma das repúblicas possuía capital, sistema de ensino ou estrutura social que lhes permitissem competir com a indústria britânica, alemã ou francesa” (Williamson, 2012).

## Conclusão

Para além do embate das teorias historiográficas, contudo, não se pode negar que apesar do desenvolvimento econômico e da crescente complexidade da vida urbana, ambos os países seguiram no papel de exportadores de matérias-primas, consumidores de produtos manufaturados estrangeiros e dependentes de investimentos adventícios. Mesmo depois de convertidas em Repúblicas Federativas –a Argentina em 1816 e o Brasil em 1889–, não havia novas classes no poder e as estruturas oligárquicas da era colonial pouco se alteraram, salvo a incorporação de alguns valores liberais como o mercado livre. De toda forma, a virada para o século XX lhes reservaria períodos de avanço econômico e arrebatadora modernização cultural, ainda que acompanhados de pesadas cotas de instabilidade político-social e financeira. Cenários que, cinco décadas depois, se converteriam, nos ambientes em que o design moderno buscaria se desenvolver como uma nova prática profissional, tanto no Brasil quanto na Argentina.

## Referências bibliográficas

- Aquino, R. et al. (2010). *História das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio.
- Amorim, P. (2015). *Cruzadas editoriais no Brasil e na Argentina: o desenho industrial na perspectiva das revistas Habitat e Mirante das Artes, & tc, nueva visión e Summa [1950-1969]*. Recife, UFPE. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design.
- Araújo, E. (2013). *Arte, adorno, design e tecnologia no tempo da escravidão*. São Paulo: Museu Afro Brasil.
- Argentina.gov.ar. (2013). *Guía del estado. Información. Cultura. Prensa escrita, historia y presente*. Disponível em: <http://www.argentina.gob.ar/informacion/cultura/110-prensa-escrita-historia-y-presente.php>.
- Barreto, P. (2008). Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional: oficina de homens. *XIII Encontro de História ANPUH-RIO Identidades*.
- Belotta, A. (2010). *Artes y Oficios en la Argentina. Dos siglos de trabajo nacional*. Acción Mayorista, Buenos Aires, 132.
- Camargo, M. (2003). *Gráfica: arte e indústria no Brasil: 180 anos de história*. São Paulo: Bandeirantes.
- Cardoso, R. (2004). *Uma introdução à história do design*. São Paulo: Blucher.
- Cardoso, R. (2005). *O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960*. São Paulo: Cosac Naify.
- Fausto, B. (2005). Não existem negros em Buenos Aires. In: *Memória e história*. São Paulo: Graal.
- Cardoso, R.; Devoto, F. (2004). *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34.
- Flexor, Maria Helena Ochi. (2013). Os ofícios mecânicos e os escravos. In: Araujo, E. (2013). *Arte, adorno, design e tecnologia no tempo da escravidão*. São Paulo: Museu Afro Brasil.

- Furtado, C. (2007). *A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos*. São Paulo: Companhia das letras.
- Instituto Nacional Belgraniano. (2013). *Belgrano y la Academia de Dibujo*. Disponible em: [http://www.manuelbelgrano.gov.ar/belgrano\\_y\\_dibujo.htm](http://www.manuelbelgrano.gov.ar/belgrano_y_dibujo.htm).
- Leite, J. (2008). De costas para o Brasil: o ensino de um design internacionalista. In: MELO, Chico Homem de (org.). *O design gráfico brasileiro: anos 60*. São Paulo: Cosac Naify.
- Malatesta, A. (2002). *Notas para la historia de la industria argentina* (primera parte). Tecnológica, Universidad & Empresa - TU&E, Buenos Aires, Editorial Universitaria de la U.T.N., 23. Disponible em: <http://www.edutecne.utn.edu.ar/historia-industria/hist-ind1.pdf>.
- Melo, C; Ramos, E. (2011). *Linha do tempo do design gráfico no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify.
- Niemeyer, L. (2000). *Design no Brasil: origens e instalações*. Rio de Janeiro: 2AB.
- Prado Júnior, Caio. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Raspi, E. (2001). *El mundo artesanal de dos ciudades del norte argentino. Salta y Jujuy, primera mitad del siglo XIX*. Anuario de Estudios Americanos, Sevilla, Escuela de Estudios Hispano-Americanos, LVIII (1). Disponible em: <http://estudiosamericanos.revistas.csic.es/index.php/estudiosamericanos/article/view/232/236>.
- Terán, O. (2012). *Historia de las ideas en la Argentina: diez lecciones iniciales, 1810-1980*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.
- Vianna Filho, L. (1946). *O negro na Bahia*. São Paulo: José Olympio.
- Williamson, E. (2012). *História da América Latina*. Lisboa: Edições 70.
- Zanatta, L. (2012). *Historia de América Latina. De la Colonia al siglo XXI*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno.

**Resumen:** Este artículo traza un breve panorama histórico-comparativo de la formación de Argentina y Brasil, desde el período colonial hasta fines del siglo XIX, teniendo en cuenta aspectos económicos, sociales y culturales que, más adelante, contribuirían para las condiciones de emergencia del diseño industrial en estos dos países en la

mitad del siglo XX. En ese sentido, se emprendió un relato histórico que tuvo en cuenta el perfil agroexportador de estos dos países y como ellos fomentaron una mentalidad industrial a través de diversas iniciativas, en mayor o menor intensidad, en el campo de la prensa, de la educación y de las actividades artesanales y manufactureras.

**Palabras clave:** Diseño industrial - modernización - industrialización - Brasil - Argentina.

**Abstract:** This article draws a brief historical-comparative overview of the formation of Argentina and Brazil, from the colonial period to the end of the nineteenth century, taking into account economic, social and cultural aspects that would later contribute to the emergency conditions of industrial design in these two countries in the middle of the twentieth century. In that sense, a historical recovery was undertaken that took into account the agro-export profile of these two nations and how they fostered an industrial mentality through various initiatives, to a greater or lesser extent, in the field of the press, education and of crafts and manufacturing activities.

**Keywords:** Industrial design - modernization - industrialization - Brazil - Argentina.

(\* **Patricia Amorim.** Doutora em design pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com graduação em jornalismo e em design gráfico. É professora e pesquisadora em História do Design na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM-SP) e membro do comitê institucional do Programa de Iniciação Científica PIC/ESPM. **Virginia Cavalcanti.** Doutora em Estruturas Ambientais e Urbanas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e designer pela UFPE. Professora adjunta do Programa de Graduação e Pós-Graduação em Design da UFPE. Coordenadora do Laboratório O Imaginário/UFPE, em que desenvolve atividades relacionadas à produção industrial e artesanal.

## Formación académica en la industria gráfica de Riobamba - Ecuador

Paolo Arévalo Ortiz, Santiago Barriga Fray y Elvis Ruiz Naranjo (\*)

Actas de Diseño (2020, julio),  
Vol. 31, pp. 46-50. ISSN 1850-2032.  
Fecha de recepción: julio 2016  
Fecha de aceptación: febrero 2017  
Versión final: julio 2020

**Resumen:** El estudio se dirige al sector de las Artes Gráficas y la relación con la formación académica en Riobamba, Ecuador. La industria gráfica tiene características tanto del sector industrial como del sector de servicios. Es considerada industrial ya que requiere de inversiones en maquinaria y equipos electrónicos que utilizan tecnología avanzada. Además, pertenece al sector de los servicios por el hecho de contar con profesionales que participan en los procesos de pre-impresión, impresión y post-impresión, los cuales se crean a partir de la necesidad del cliente, mas no se producen en serie. Por lo tanto, los trabajadores que se encuentran inmersos en esta actividad deben enfrentarse a la incesante evolución de los servicios, procesos y a las nuevas tecnologías utilizadas en el sector. Para esta investigación se han tomado en cuenta las Pymes, con el objeto de abarcar la mayor representatividad posible de nuestro estudio.

**Palabras clave:** Formación académica - artes gráficas - nuevas tecnologías - sistemas de impresión - pymes - Riobamba - Ecuador.

[Resúmenes en inglés y portugués y currículum en p. 50]